

PROCESSO TCE N° 20.022.2015-40.

ENTIDADE: Câmara Municipal de Xapuri.

NATUREZA: Prestação de Contas.

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Xapuri, referente ao exercício de 2014.

RESPONSÁVEL: Ronaldo Cosmo Ferraz.

ADVOGADO: Paulo Luiz Pedrazza (OAB/AC nº 1917).

RELATOR: Conselheiro Antonio Cristovão Correia de Messias.

ACÓRDÃO Nº 10.324/2017

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Xapuri. Pagamento de décimo terceiro salário sem amparo legal e exclusivamente ao Presidente da Câmara Municipal. Remuneração mensal dos componentes da Mesa Diretora na forma de salários e gratificações. Irregularidade. Aplicação de multa. Notificação. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator: **1)** considerar **irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Xapuri, exercício orçamentário e financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor **Ronaldo Cosmo Ferraz**, Presidente da Mesa Diretora à época, em face: **a)** do pagamento de décimo terceiro salário sem amparo legal e exclusivamente ao Presidente da Câmara Municipal, sobre o qual não foi apresentado qualquer esclarecimento; e **b)** da remuneração mensal dos componentes da Mesa Diretora na forma de salários e gratificações, contrariando o disposto na Constituição Federal/88 (artigo 39, inciso III, parágrafo 3º); **2)** aplicar multa ao Senhor **Ronaldo Cosmo Ferraz**, com fulcro no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), em razão das impropriedades destacadas no item anterior, devendo ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **3)** **notificar o atual Presidente da Câmara Municipal de Xapuri**, para tomar ciência desta

decisão e do apurado pela DAFO/2ªIGCE (fls. 70 a 75), devendo observar que o pagamento de décimo terceiro salário aos Vereadores depende da existência de lei autorizativa e que a remuneração mensal dos membros da Mesa Diretora deve ser fixada em parcela única e não na forma de salários e gratificações. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria** e **Ronald Polanco Ribeiro**.

Rio Branco – Acre, 08 de junho de 2017.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Presidente do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA

Procurador do MPE/TCE/AC